

**“HISTÓRIAS QUE DORMIAM NOS JORNAIS”
SOBRE AS MUDANÇAS DA CULTURA POLÍTICA DOS ANOS 1960**

PABLO ALMADA

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as mudanças que ocorreram nos moldes da cultura política dos anos 1960, de uma forma bastante ampla. O ponto de partida para a discussão está na questão do resgate da memória longínqua do movimento estudantil e a compreensão de sua importância na crítica histórica e sociológica, não apenas desse período, mas também na sua influência posterior. Assim, pretende-se lançar o debate sobre a necessidade de releitura e de um balanço histórico desses conturbados anos, com o intuito de compreender algumas das dinâmicas da política e da democracia na contemporaneidade e postular algumas bases para a elaboração de um futuro estudo comparado.

Palavras-chave: Cultura Política, Memória, *Sixties*, Movimento Estudantil, Democracia.

Pensavam que a história do século já estava escrita lá antes de vocês terem nascido, e que continuaria a ser escrita bem longe de onde vocês estivessem. Era como se vocês vivessem na ausência daquilo que poderiam ser, num lugar que cessara de existir (...)

Olivier Rolin – Tigre de Papel

1. A memória e as significações do movimento “sem memória”

O problema dos movimentos estudantis, seja ele em qualquer contexto ou lócus, define-se pela organização social de indivíduos, em sua maioria jovens e estudantes, e cuja organização parece apresentar-se não meramente como um objetivo em si, mas também como o início de uma ação política para o estabelecimento de metas e atividades que estejam relacionadas ao quotidiano, seja de juventude, seja do ambiente estudantil e universitário ou até mesmo em relação à política local ou internacional. Inicialmente, preferimos tratar esse assunto de forma histórica, procurando perceber o modo pelo qual o ativismo, construído por um movimento cuja característica se apresenta na *ausência de memória* (Boren, 2001), se formou, e como, através dele, emergiram trajetórias de resistência que permitiram novas disposições democráticas em vários países, a partir da segunda metade do Século XX.

Assim, desde o século XI, quando iniciou-se a criação das primeiras universidades¹ – Bolonha (1088), Paris (1125), Oxford (1167), Salamanca (1218), Coimbra (1290) –, delinearam-se vários conflitos dos quais os estudantes foram protagonistas. No Período Medieval, o conflito entre a cidade e a universidade causou protestos formais contra a regulação imposta na vida social estudantil. Na Renascença, com o crescimento do poder e da influência clerical nas sociedades europeias, estudantes e intelectuais participavam ativamente de debates teológicos e de movimentos políticos decisivos para a formação dos Estados Nacionais. No período Iluminista, a expansão do ensino básico e das universidades acarretou o início de

¹ Em Latim, *Universitas* significa o todo e revela a vocação universalista para a construção do conhecimento.

organizações e corporações próprias de estudantes (*Burschenschaften* e *Studentenverbindung*), iniciadas em Jena (1815), e influenciou estruturas semelhantes na Polônia e a ação militante de Augusto Blanqui nas Revoluções de 1848 na França, em oposição à Monarquia. Nos Estados Unidos entre 1765 e 1860, revoltas estudantis também estiveram presentes em várias universidades (Columbia, Carolina do Norte, Yale, Georgia, Virginia), contrárias às regras comportamentais impostas aos estudantes e, posteriormente, na organização do movimento anti-escravocrata do Século XIX. Obviamente, essas demonstrações de protesto não se restringiram apenas à Europa ou aos Estados Unidos.

Já no início do Século XX, os estudantes latino-americanos se destacaram pelo Manifesto de Córdoba (1918), ocorrido na Argentina, que estabeleceu uma crítica fundamental ao *status quo* dominante naquelas universidades, defendendo a Autonomia Universitária e a implementação de um modelo de “universidade pública, laica e democrática, gerida por estudantes e professores, com independência face à Igreja e ao Estado e aberta aos problemas de sua época, o que influenciou outros movimentos estudantis em toda a América Latina” (Almada, 2009: 52). Foi também através de Córdoba que se estabeleceu um papel militante dos estudantes nas políticas nacionais, cuja experiência demonstrou que demandas acadêmicas e atividades políticas mais gerais seriam complementares, ainda que competitivas (Halliday, 1969).

No entanto, o Século XX foi marcado por inúmeras manifestações estudantis por quase todo o mundo, destacando-se principalmente os “longos anos 1960”, período de transe, de crises, criando um passado que ainda permanece presente, com convicções, mudanças, perplexidades e ensaios de outros caminhos (Bebiano, 2003). De forma geral, foram identificados manifestos em inúmeros países, sobretudo na Europa, Ásia e América Latina (Cockburn & Blackburn, 1968; Lipset, 1972; DeGroot, 1998, Boren, 2001)², o que contribuiu não apenas para o desenvolvimento do radicalismo e das utopias, mas também de imagens e representações; de revisões ou de novas

² De acordo com a bibliografia consultada, os manifestos estudantis nos anos 1960 ocorreram nos seguintes países: Estados Unidos; França, Alemanha Ocidental, Holanda, Checoslováquia, Turquia, Itália, Espanha, Portugal, Polônia, Sérvia, Irlanda, Inglaterra; República Dominicana, Venezuela, Equador, Colômbia, Bolívia, Panamá, Peru, Cuba, México e Brasil; Coreia do Sul, Japão, China, Indonésia, Paquistão; África do Sul, Senegal, Etiópia, Congo.

perspectivas teóricas; de novas configurações das ações coletivas; de novas disposições políticas; e sobretudo explosões sociais, culturais. Porém, falar de movimento estudantil no século XXI parece um tanto démodé, e uma visitação do passado se faz valer das palavras de Marcel Proust na epigrafe de Tigre de Papel, de Olivier Rolin: “mas essas histórias dormiam nos jornais de trinta anos atrás, e ninguém mais as conhecia”, remetendo-se a um tempo aparentemente distante e estático, ainda pouco acelerado pelas mudanças no capitalismo e não ensandecido pela globalização dominante.

Se quisermos, pois, compreender a importância, o “legado” ou a atualidade dos movimentos estudantis, há de se questionar o presente e, com ele, retomar uma compreensão do passado, extensa e repleta de informações, fatos, e entendimentos (divergentes ou convergentes) sobre o tema. No entanto, revisitar a história significaria estabelecer um ponto de apoio e de ligação com as disciplinas das Humanidades, não precedendo de uma falha na constituição de um corpo teórico sociológico, mas antes compondo a tarefa de “reconstrução da própria ideia de cultura”, introduzindo a tradição reflexiva, a partir da qual torna-se tarefa da História a reconstrução do passado e deslegitimando seguras e incontestáveis considerações sobre o passado (Ribeiro, 2002). Por parte das ciências sociais, a importância sociológica de mitos e imagens estabelecidas reforça a capacidade e a necessidade de novas interpretações e análises, através da releitura, da afirmação e da contestação a *doxa* dominante, com objetivo de ultrapassar uma leitura superficial da realidade, propondo novas construções (Machado Pais, 2003).

2. Entre a Cultura Mundo e a Cultura de Oposição

O contexto cultural e político dos anos 1960 retrata as várias possibilidades abertas com o final do pós-guerra, cuja causalidade e explicação não permitem estabelecer apenas uma simples relação de causa e efeito – justamente porque muitos efeitos se tornam causas de efeitos seguintes (Marwick, 1998). Com isso, a explicação histórica se pautaria muito mais pela convergência de situações hierarquizadas como fatores explicativos – que tanto podem ser de cunho *estrutural* (geográficos, demográficos, econômicos, tecnológicos, geracionais), *ideológicos* (feminismo, crise e renovação do

marxismo / estruturalismo, fundação de departamentos de sociologia nas universidades europeias), ou *políticos* (sistema de governação, justiça, policiamento, voto, educação, organização religiosa, organização da classe trabalhadora, família).

Muitos *eventos* também marcaram esse período, sobretudo as guerras (em especial a Guerra do Vietnam) e a crise econômica (convergindo na Crise do Petróleo de 1973), e que marcam o fim do otimismo e dos elementos expansionistas dos anos 1960. Há ainda *fatores humanos* que estiveram presentes, num momento em que políticos, presidentes e primeiros ministros exercem grande influência sobre a população, fator que também impulsionou o direcionamento dos protestos públicos, da cultura popular e das artes a levar em conta esses indivíduos. *At last, but not least*, há também *convergências e continuidades* culturais presentes, como a expansão da cultura norte-americana, a expressão econômica da Europa, as novas ideologias de direitos civis, os desafios à família e as autoridades estabelecidas, o *Free Speech*, as inovações tecnológicas e o nascimento do *rock'nroll*. É, portanto, um período de emergência de uma *cultura-mundo*, proveniente dos Estados Unidos e da Europa, que oferece transformações significativas no mundo contemporâneo.

De acordo com todas essas mudanças e novas dinâmicas sociais, se pode postular o conceito de *sixties*, como um conceito histórico e sócio-político-cultural, que não pode ser estreitado ao tempo, e que possibilita o exame de como outras formas de conhecimento do mesmo fenômeno foram suplantadas. O termo refere-se diretamente à uma época histórica, mas, ao mesmo tempo, define uma correspondência precisa para a própria década, preconizando vínculos de ativismo e contestação (Stephens, 1998), juntamente com valores, estilos, formas de pensar e agir compartilhadas.

Essas “marcas” características não apenas se determinam em termos macro-estruturais, elas se apresentam no quotidiano e no comportamento de muitos indivíduos. Demarcam uma “sede pelo novo” que influencia “atitudes peculiares” criadas a partir de uma “área geográfica central”, se espalhando globalmente através do processo de construção das identidades da juventude urbana (Bebiano, 2003). Assim, são sentidos inúmeros efeitos nessa atmosfera cultural, presentes em expressões artísticas e políticas. Seu funcionamento se condensava em um tipo de

cultura-mundo, originada nos Estados Unidos nos anos 1950, mas que era ampliada e alargada para vários cantos do mundo, integrando códigos, valores, tradições e experiências, mas sempre com traços essenciais que permitiam uma reprodução seja nas artes ou na vida cotidiana.

Ainda, nos anos 1960, obtinha seu auge a *indústria cultural* e delineava novas relações entre a arte e a comunicação. Constituindo-se na forma de uma “exploração planificada da ruptura primordial entre os homens e sua cultura”, criava grande apreensão das artes diante dos desdobramentos do pós-guerra e da massificação expansiva do capitalismo (Adorno e Horkheimer, 1985; Adorno, 1993: 129). Um dos aspectos nucleares desse momento da indústria cultural está na ampla divulgação e difusão da *informação*. Tratando-se de uma “nova forma de comunicação”, suas características estariam na valorização do imediato, na crescente urbanização e na necessidade de conhecimento dos acontecimentos difundidos rapidamente. Por ser precisa e pouco possível de ser avaliada, sua imediatidade teria como fundamento esconder a essência do significado, ao passo que sua pretensão seria revelar por completo seus significados, tornando esse imediato uma naturalização. Além disso, essa informação não se postula diferentemente de uma forma de dominação praticamente imperceptível e reproduzível, privando o homem de um conhecimento aprofundado de sua realidade (Benjamin, 1990).

Associado à essa mudança cultural, de hábitos e costumes, o mundo parecia ter tomado um caminho diferente daquele suposto após o final da Segunda Guerra Mundial, com a procura de novas referências. Os novos caminhos almejados se diferenciaram dos constrangimentos do antissemitismo, dos campos de concentração, da exclusão racial e da incapacidade dos Estados-nações assumirem suas pluralidades internas (refletindo na criação de “povos sem-Estado”). Assim, procurou-se *umentar o controle e a repressão social*, perante uma fragilidade inerente dos Estados-nação em promover uma lei de proteção social, transferindo, assim, o problema para a polícia (Arendt, 2006, 381), ou, em outras palavras, para os “aparelhos repressivos do Estado”.

No entanto, em complemento ao aparato repressivo, o mecanismo de controle do Estado criaria “instituições distintas e especializadas” que fomentariam a

reprodução das relações de produção através da ideologia, *os aparelhos ideológicos do Estado*, cuja principal função seria estabelecer o controle sobre a reprodução social através de uma relação com o imaginário dos homens, prescrevendo práticas materiais por rituais presentes nos atos materiais dos sujeitos (Althusser, 1974). Desse modo, são operadas transformações significativas no âmbito das instituições sociais, que passam a estar centradas em *processos de subjetivação*, no súbito exercício de poder sobre os indivíduos e na criação de “corpos dóceis” e de uma “biopolítica”, redimensionando o controle institucional para a vida dos indivíduos (Foucault, 1995; 2003).

Por isso, essas transformações caminham em direção a estabelecer uma *sociedade de consumo*, com ganhos mais significativos da “coisificação”, da reificação e da mercadoria – em termos marxianos, da esfera da reprodução em detrimento da esfera da produção –, favorecendo a alienação social e a despolitização (Baudrillard, 2008; Jameson, 2006). Em paralelo, passam a vincular processos de racionalização de padrões sociais a serem seguidos, cujos paradigmas formaram uma *sociedade unidimensional*, apoiada sobre um pensamento operacional³, sem imaginação que “rasura[ria] e integra[ria] todas as dimensões da existência privada e pública”, impedindo também à classe trabalhadora realizar o seu papel de sujeito histórico determinado pela Teoria Crítica, fazendo com que a emancipação fosse realizada na dimensão do imaginário, composta pelo pensamento negativo, pela crítica cultural e pela heroica recusa do *Establishment* (Marcuse, 1998).

Em oposição a esse processo social de enclausuramento, controle, consumo e unidimensionalidade, define-se um esforço para a prática da imaginação e da criação de novas perspectivas sociais, que questionaria as “modalidades culturais dominantes

³ Aqui, uma pequena comparação textual entre Marcuse (1998) e o literato Jack Kerouac (2003) se faz ilustrativa, já que as literaturas de viagem dos anos 1960 demarcam algumas características pertinentes da contracultura e da “subversão” necessária à regulação dos espaços sociais. O primeiro argumenta que haveria uma racionalização completa dos espaços urbanos, delimitando as funções, as rotas de viagem, ditando as escolhas a serem tomadas, já que “A rota é feita para o benefício, segurança e conforto do homem. E a obediência às instruções representa o único meio de se obter resultados desejados” (Marcuse, 1998: 79). Em contrapartida, Kerouac, em inúmeros momentos de sua obra mais conhecida, *On the Road* (1957), não segue por um caminho racional e previsível, despertando a imaginação, operada tanto na prática social como na sua própria interpretação: “Peguei a direção e dirigi, embebedado em meus próprios sonhos [...] Os rapazes dormiam e eu estava ao volante, sozinho em minha eternidade; a estrada era uma imensa linha reta. [...] dirigia num mundo selvagem rumo a lugares onde finalmente aprenderíamos algo sobre a vida verdadeira...” (Kerouac, 2003: 303-304)

e as formas de vida coletiva delas dependentes”, através de modos de vida e experiências alternativas, localizadas fora do mundo cotidiano, descrente dos valores e recusando a linguagem (Bebiano, 2003: 43). O despertar da *contracultura* estaria então relacionado com o questionamento e rejeição da tirania das normas, por sua produção e reprodução por meio da educação, pela recusa da autoridade familiar e das instituições definidoras da sociedade capitalista. Sua saída se configuraria, portanto, na construção de um universo paralelo, utópico, definidor de sua própria legitimidade, trazendo “sujeito e cultura, a uma mobilidade inédita” (Bebiano, 2003: 44 *apud* Rosa, 2001: 70) e formulando descontentamentos através de formas simbólicas.

A contra-cultura preconizaria o desenvolvimento de uma individualidade acima de convenções sociais e restrições governamentais, defendendo uma expressão pessoal de crenças, aparência pessoal, sexualidade, entre outros, rejeitando a individualidade que causaria opressão (Goffman e Joy, 2007). O caráter de transgressão das normas e acentuamento da individualidade confere uma especificidade tanto cultural como política aos movimentos dos anos 1960, com a negação de valores estabelecidos e que lançaria o risco de afirmação de novos valores (Cardoso, 2005).

Portanto, para compreender o caráter político dos movimentos com base na contracultura, faz-se necessário a referência à *cultura de oposição* emergente nesse período, relacionada com as perspectivas ideológicas emergentes e revisitadas. O modelo cultural precedente se apoia na presença de subculturas e oposições à ordem social estabelecida, questionando a ordem, os costumes e as práticas. Esse modelo tem papel significativo, desempenhado pela juventude e sua cultura urbana de classe média e intelectualizada, além das significativas experiências políticas ligadas, sobretudo às guerras e aos movimentos políticos e aos desenvolvimentos das opiniões acerca do socialismo soviético, da expansão do capitalismo.

Através desse conflito iminente na sociedade, são formuladas – sobretudo através dos componentes da imaginação – várias *ideologias de oposição*, genitoras de uma esquerda radical e que, em um segundo momento, fomentou muitos dos comportamentos e visões políticas desse momento. Entre as primeiras, houve a afirmação de um modelo histórico de extrema-esquerda, com “atitudes políticas

centradas na desconsideração do parlamentarismo e na defesa de lógicas de intervenção hostis à transigência e ao reformismo”, possibilitando o desenvolvimento de perspectivas ideológicas de caráter esquerdista, através de alguns modelos mais fixos, como o *terrorismo*, o *partido revolucionário* e a *revolução pelas massas* (Cardina, 2010: 11-12)⁴, presentes em vários momentos e em diferentes partes do mundo, acentuando a conflitualidade social, incentivando práticas diferenciadas e dispondo de posições muitas vezes utópicas e “revolucionárias”.

Como modelo dessa efervescência ideológica, pode-se tomar o exemplo da vertente da Internacional Situacionista (IS) presente na França em 1968 como uma das mais ativas e majoritárias. Essa vertente ideológica marcou sua posição através da mistura de elementos de ativismo, protesto, arte, contracultura e diversão, no ataque à forma de espetáculo e de arte consumista da sociedade burguesa, incentivando a procura da transformação da realidade, através das paixões, da racionalidade e do dramatismo (Marwick, 1998). Isso não significa, de forma nenhuma, que o situacionismo tenha sido presente em todas as partes do mundo onde houve revoltas estudantis, mas trata-se de um bom exemplo, tanto de misturas ideológicas quanto de aspirações e utopias, em sua maioria bastante presentes em outros contextos – pelo menos nas sociedades ocidentais. Elementos como o conselhismo (modelo de organização social próximo da autogestão, visando a responsabilidade e o poder do

⁴ O *terrorismo*, tal como foi concebido e praticado, entendeu “os atos de violência e assassinato político como alavancas instigadoras das massas”, com base nos conflitos da Rússia em 1878 e 1881, e reaparecendo nos anos setenta, como nos atentados dos Jogos Olímpicos de Munique, ou através de reivindicações nacionalistas, na Irlanda e no País Basco, Espanha, ou através de ações de cunho mais político como *dos Baader-Meinhof*, na Alemanha, das *Brigadas Vermelhas* na Itália, ou da *Angry Brigade* na Inglaterra, ou as *FP-25* em Portugal (*Idem*: 13-14), além dos casos do *MR-8* e *VAR-Palmares* no Brasil. O segundo modelo, o do *partido revolucionário*, também se concatenou nesse momento de efervescências ideológicas e na oposição entre o Estalinismo e o Trotskismo, opondo o modelo de “socialismo num só país” e o modelo de “revolução permanente”. Além disso, como um “terceiro grande cisma” no movimento comunista internacional, o maoísmo veio a defender uma tomada mais pacífica do poder, necessitando a continuidade das lutas de classes no socialismo, como na revolução cultural, que propunha a derrubada dos símbolos culturais da China tradicional. No entanto, foram nos territórios da América Latina, África e Ásia que o modelo maoísta mais sucesso alcançou, alimentando a dissidência entre o modelo soviético e o modelo chinês, com rupturas no interior dos partidos comunistas e ganhando bastante expressividade nos sectores juvenis radicais, que mantinham proximidade com um “ativismo voluntário” e “anarquismo histórico” (*Idem*: 19). Por fim, o último modelo, o da *revolução pelas massas*, se concretizou através de várias experiências anarquistas, do espontaneísmo das massas, do conselhismo e da guerrilha latino-americana, este focando a transformação das massas em exércitos, a não necessidade da completude de condições para se fazer a revolução e estabelecendo o mundo rural como local para a luta armada, estabelecendo uma “prioridade do foco guerrilheiro em relação ao partido” (*Idem*: 22).

povo), a auto-gestão (que privilegiou as expressões, reivindicações e modos de organização de base) e a democracia direta (valorização da democracia direta contra os partidos e sindicatos, sua burocracia e sua recuperação, com o legado dos partidos pequenos de extrema-esquerda)⁵ (Capdeville *et al.*, 2008), criaram uma esfera bastante significativa de revitalização da relação de teoria e prática, permitindo, pelo menos no contexto francês, o ensaio de diversas práticas, como a da subversão do espaço das universidades através das ocupações, das assembleias gerais e das comissões de estudantes.

Articuladamente à cultura de oposição, emergem a *crítica artística* e a *crítica social*, ambas almejando uma oposição ao capitalismo e incorporadas nas mobilizações sociais (Boltanski e Chiapello, 1999). A primeira entendia o capitalismo como uma fonte de opressão à liberdade e à autonomia, por gerar desencantamento, estando presente sobretudo nas manifestações estudantis europeias e em especial no Maio Francês; enquanto isso, a segunda procurava designar o capitalismo como uma fonte de misérias e desigualdades, oportunismo e egoísmo, resultando na destruição dos laços sociais e comunidade solidária, levada a cabo principalmente pelo operariado fabril europeu. Justamente por esse duplo aspecto, essa crítica ao capitalismo acabou por associar quase que naturalmente a ação estudantil em junção com a ação da classe trabalhadora, construindo uma generalidade e constância dos movimentos estudantis, marcando as análises posteriores e impedindo a compreensão das reais capacidades de ação dos movimentos estudantis. Através de um contexto restrito à França (com os trabalhadores da Renault) e à Itália (com os trabalhadores da Fiat), essa perspectiva de “aliança de classe” desconsideraria as incapacidades estabelecidas entre os discursos e práticas de estudantes e trabalhadores: os protestos estudantis não poderiam aceitar entre si os seus objetivos, enquanto que os trabalhadores queriam reformas econômicas concretas e aumentos dos salários. Problemas que logo atormentaram essa parceria, dado que os trabalhadores perceberam os estudantes como irresponsáveis, radicais demais e imprevisíveis. (Boren, 2001: 153).

⁵ Entendo que a mistura desses elementos foi imprescindível para a composição da democracia participativa enquanto mecanismo institucional, desenvolvida a partir dos anos 1990 na América Latina, em especial no Brasil.

Além disso, essa desarticulação possibilitou ganhos controversos da direita desses países no poder político, o que fez com que os movimentos não conseguissem unificar as suas demandas, nem mesmo estabelecer a ligação entre o público em geral, expandindo os limites das críticas e contando com uma base popular mais geral, o que os restringiu a trabalhadores automobilísticos e estudantes universitários (Boltanski & Chiapello, 1999). No entanto, e talvez por esse motivo, essa dupla crítica que iria muito além dos limites da classe trabalhadora, com um discurso político e sociológico bastante definido, praticamente desapareceu nos anos posteriores, sem que, para isso, houvesse qualquer crise.

É preciso atentar-se também para a inscrição de um *discurso e prática anti-disciplinares*, ou seja, “uma linguagem de protesto que rejeitou a hierarquia e a liderança, estratégia e planejamento, organização burocrática e partidos políticos, distinto da Nova Esquerda pela sua ridicularização do compromisso político, sacrifício, seriedade e coerência” (Stephens, 1998: 4). Por estabelecer novos limites entre as dicotomias precedentes, constata-se que a compreensão da nova linguagem de protesto fundamenta-se na transgressão de limites políticos e estéticos⁶. Seria, portanto, através dessa linguagem do protesto anti-disciplinar que a recusa de alvos, ideologias, partidos, se pautaria como “uma lista de demandas expressa e entendida por uma gama de movimentos *sixties*”, lançando uma nova luz sobre os *sixties* e sobre o que resultou de seu protesto político (*Idem*: 23).

A princípio, o efeito mais visível estaria na constatação de uma *impossibilidade analítica do marxismo* (em especial, aquele vinculado direta ou indiretamente à *Ecole des Annales* francesa), revelada na própria falha do Maio de 1968, na aliança entre estudantes e trabalhadores que, ao abalar a “hegemonia intelectual marxista”, possibilitaram ganhos significativos de poder por parte da direita francesa (Hobsbawm,

⁶ Referimos, sobretudo, ao radicalismo político, o radicalismo cultural, a New Left, a contracultura; o ativismo e o hippie; o político e o a-político; a política e a cultura. A influência para tal análise parte de Foucault, quanto a questão do dismantelamento do tradicional protesto de esquerda e da divisão entre liberação e opressão, sendo a contracultura responsável por organizar os perigos inerentes dos critérios normativos de um programa político. Segundo Stephens (1998), a posição de Foucault questiona o programa político racional, a circulação do poder através da censura, a exclusão, o bloqueio e a repressão, produzindo vários efeitos a nível do saber e do desejo, mas, da mesma forma, essa crítica cessa quando a contracultura dos *sixties*, entendida como um protesto anti-disciplinar, retém um cometimento para uma lógica emancipatória ao invés da rejeição do quadro disciplinar.

1995). Essa crise, com a qual o marxismo francês se deparou nesse momento, também esteve presente no althusserianismo, corrente dominante do marxismo acadêmico na França, que não consegue “compreender a significação política da revolta estudantil”, servindo de justificação teórica do anti-esquerdismo e da defesa do saber acadêmico (Rancière, 1971), além das alterações no processo produtivo que passam a ser vigentes, a passagem da produção à reprodução e o alimentar dessa ilusão ou a revolta contra ela (Baudrillard, 1996).

As novas disposições político-culturais se articulam e criam fatores políticos outros, ligados sobretudo aos ocorridos nos anos 1960, época em que o declínio e a crítica ao Socialismo Real soviético, a Guerra do Vietnam, o efeito mundial das revoluções Cubana e Chinesa (sobretudo a Guerrilha e a política Terceiro-mundista), do crescimento dos movimentos de libertação nacional em África e do Imperialismo, e o Maio de 1968, acabam por constituir um rico cenário de efervescência política e social. A nova *disposição conflitiva* parece residir não apenas no local e nas fronteiras de Estados, estando presente por todo o mundo: é internacional, assim como, da mesma forma, é o capitalismo, o gosto, o estilo e a comunicação, sendo, talvez, um dos primeiros momentos do Século XX em que haveria uma simultaneidade de acontecimentos em vários locais, uma constatação de que o mundo estaria se tornando verdadeiramente global (Eley, 2005). E, portanto, é nessa extensão global dos fatos que cabe perceber o início de um real movimento de *globalização*, através da disseminação e circulação de imagens e ideias de protesto juvenil para o resto do mundo:

A década marcou o começo de uma dimensão nova da globalização cultural de estilos e identificação, e esta aplicou nada menos à contracultura do que à cultura popular dominante. Enquanto o movimento se percebia para ser genuinamente “internacional”, a circulação de ideias alternativas, imagens, panfletos, artigos da roupa e entendimentos de protesto tornaram-se implicados em menos formas alternativas de internacionalização (Stephens, 1998: 7).

Portanto, tendo em vista esse panorama geral dessas configurações sociais, culturais e políticas no período, é de se estabelecer que a conflitualidade presente nesse período encadeia novas expressões culturais e políticas misturadas e que lançam uma nova luz sobre as práticas e a teoria social. A restrição comumente aceita, acerca do Maio de 1968 enquanto um movimento restrito de estudantes das sociedades

industriais ou pós-industriais, se valida então como incorreta, na medida em que a sua conflitualidade é de expressão global e, sobretudo, não pode ser considerada como uma consequência direta dos fatores econômicos, mas deve antes ser compreendida com base nas mudanças culturais e políticas desse tempo. Para não correr o risco de subestimar o período, ou mesmo de colocar as “ideias fora do lugar”, ou ainda de supervalorizá-lo, como é de praxe em grande parte da literatura acerca do tema, propomos uma compreensão ampliada desse momento.

3. Definindo alguns marcos analíticos

Certamente, esse tipo de reflexão não seria possível, se, até de uma forma metalinguística, ela não estivesse presente como uma das possíveis consequências teóricas do próprio “objeto” em questão. Essa ironia se deve ao fato que, no final dos anos 1960, “a noção de crise e a consequente busca de novas soluções se tornou onnipresente, num processo estreitamente associado à crise das universidades e ao efeito de abertura suscitado pelo impacto violento dos movimentos estudantis sobre práticas institucionais e tradições científicas até ai fechadas sobre si próprias” (Ribeiro & Ramalho, 1998: 63). No entanto, marcando uma ascensão dos estudos culturais e o declínio do marxismo – enquanto vertente teórico-explicativa – a separação explicativa dos processos sociais tendeu à incapacidade de se perceber nitidamente as relações entre capitalismo e ações coletivas nas próximas décadas, ora pendendo apenas para a cultura, ora pendendo apenas para a ação política.

Antes de se adiantar uma reflexão mais aprofundada da pesquisa aqui em discussão, designa-se importante compreender, como base de análise a ser seguida, as implicações acerca da *cultura*, como conceito e ponto de partida, já que, ao se estabelecer uma interdisciplinaridade, é necessário deixar claro em qual ponto epistemológico ela irá ser introduzida. E a escolha da *cultura* se deve pela necessidade de considerá-la através de uma relação transdisciplinar, a partir da qual se pode abordar sua diversidade e apresentar a cultura como um campo aberto, também podendo elencar questões referentes à cidadania e a política, sem perder de vista a dimensão do poder (Ribeiro & Ramalho, 1998).

É através dos *cultural studies*⁷ que torna-se possível perceber como ocorre a marginalização e a subalternização, não mais do *Outro*, mas sim dos *Outros*, ou seja, daqueles vários grupos sociais que foram ditos como sem voz ou não participantes do processo histórico e social, sobretudo no processo de abertura democrática, como em países que contavam, em meados do Século XX, com regimes ditatoriais, como é o caso de Brasil e Portugal. É através dessa leitura que se opera uma mudança no significado da cultura – que pode ser compreendida como um valor compartilhado pela humanidade, um “universalismo vazio”, ou como uma composição de “particularismos cegos” –, afirmando o domínio da subjetividade, sua expressão material e simbólica, optando por uma reconciliação entre política e cultura através do conflito real e não apenas na imaginação (Eagleton, 2003: 68). Assim, considera-se que “qualquer ponto de vista ao respeito do pós-moderno na cultura é ao mesmo tempo uma posição política” (Jameson, 2006: 29), o que configura uma relação subjetiva da cultura, a qual não é colocada em causa a identificação por parte da consciência ou a necessidade de uma *Aufhebung*, característica da saída iluminista. No entanto, ao retomar esse conflito, percebe-se que o risco de uma visão cultural estaria no esvaziamento da noção de política, subordinando questões referentes às classes sociais, Estado e organização política para questões culturais.

No entanto, já aqui alertando para essa incompletude e sempre buscando uma análise sociológica que seja conciliatória, é de se estabelecer um ponto de aproximação entre cultura e classes sociais, não reduzindo a segunda à primeira, mas compreendendo ambas em paralelo e como complementares. A análise das classes sociais, como um legado ainda presente, sobretudo da análise social derivada de Marx e do Marxismo Ocidental, foi justamente um dos pressupostos teóricos colocados em risco pelo movimento estudantil nos anos 1960, em especial pelo movimento estudantil francês, que questionava a separação cada vez mais assumida entre a teoria e a prática, rompendo a unidade política da teoria de Marx como viés analítico

⁷ De forma sintética, esses são os caminhos trilhados pelos *cultural studies*, com o regresso do social e do político para a análise cultural. Essa definição será bastante trabalhada em estudos sobre movimentos sociais, dos quais vale a pena citar Alvarez *et al.* (2003), que demonstra a aproximação de cultura e política como mote de compreensão dos movimentos sociais, especialmente na América Latina, conceituando: “a cultura é política porque significados são construídos num processo que, implícita ou explicitamente, visam redefinir o poder social” (*Idem*: 25).

(Anderson, 1976). Portanto, o marxismo se mantém estanque quanto à emergência das novas formas do capitalismo, novas relações de classe, de cultura e ideologia, e, nos anos 1980, com a emergência do pós-marxismo, volta-se à análise institucional da democracia e das revoluções sociais em África e América Latina (Santos, 1995). No entanto, é nos anos 1990 que a retomada dos estudos sobre classes sociais afirma ainda algumas das prerrogativas analíticas ainda válidas nesse campo, através dos lugares contraditórios de classe (Wright, 1989) ou das diferenças surgentes da exploração de mais-valia na sociedade capitalista (Burawoy, 1990).

Faz-se então imprescindível uma análise sociológica que venha a articular classe e ação coletiva, modificando ambos os contextos e estabelecendo essa mediação não mais através da consciência de classe, mas da textura cultural, ou seja, agregando identidade, conhecimento e valores, tanto os internalizados quanto os externalizados pelos atores sociais (Eder, 1993). A cultura aparece como um meio de ação cultural, em que se articulam as mudanças de classe e de ação coletiva, tanto na vertente comunicativa da cultura como através da representação cultural, modo a partir do qual se apresentam as ações política e se permite pensar a organização dos discursos que motivam os atores a agir juntos, cuja ação prevalece sobre as motivações individuais.

A ligação entre classe social e movimento político é então culturalmente mediada e determinada em um espaço de ação. Com isso, podemos pensar a emergência do movimento estudantil através de elementos culturais (identidades), classistas (estruturas e ideologias) e de suas ações coletivas (práticas). É também através dessa análise que se permite pensar como o movimento estudantil estabeleceu-se enquanto um “grupo de pressão política” (*political pressure group*), com protestos direcionados a problemas ligados à crise do Welfare State, desilusão e frustração com o sistema partidário e burocratização, com um tipo de protesto direcionado a seletivas instituições políticas (no caso às universidades, governos e Estado), e cujos discursos foram ignorados, mas, *a posteriori*, foram considerados sujeitos dessas discussões.

4. Conclusão

Os anos 1960 trata-se de um período de efervescência social, com novas disposições na cultura política. Também, essa relação não deve ser restrita à Europa, aos Estados

Unidos ou aos países industriais ou pós-industriais. Ela está presente em várias partes do mundo e dialoga constantemente com o Sul global, seja pela identidade subalterna estabelecida através da contracultura ou dos movimentos políticos de expressão política ou libertária, seja através de uma organização do sistema político mundial que começa a impor uma cultura mundo e um processo de globalização cultural evidente, que marcaria avanços no liberalismo político e nas formas de controle e opressão social, mas que, por outro lado, se defrontaria com uma oposição bastante ampla, com a emergência dos chamados “movimentos sociais” e reivindicações presentes no campo material e simbólico.

Assim, e de acordo com a bibliografia e a discussão teórica acima apresentada, faz-se necessário uma revisitação dos principais debates sobre esses movimentos, com base na crítica dos estudantes, a qual se mostra inovadora em suas práticas, em identidades e em revisitações ideológicas, o que permitirá estabelecer uma análise das aspirações políticas que irão marcar um legado mais estendido desse período. O sentido para essa análise se postula no olhar do presente sobre o passado, em busca de compreender ainda algumas lacunas presentes na análise sociológica e histórica, nomeadamente, a contribuição desses movimentos em mudanças e tensionamentos da lógica liberal e na construção das democracias contemporâneas.

Portanto, de forma a explorar uma lacuna ainda existente: *a necessidade de releitura dos manifestos e revoltas estudantis dos anos 1960, em Brasil e em Portugal, em vistas de uma análise comparada*. Como ponto de partida, argumento que a leitura histórica deixa em branco o ponto da relação entre os movimentos estudantis de países capitalistas não-centrais: *não há nenhum estudo que aborde os contextos de Portugal e Brasil em termos das emergências dos movimentos estudantis nos anos 1960 e sua contribuição para a construção democrática de ambos os países*. Isso porque, apesar de haver um interesse muito grande pela releitura dos movimentos estudantis dos anos 1960, apresentando estudos de significativa qualidade, há uma escassez em termos comparativos ou mesmo na apresentação de similitudes ou diferenças entre contextos, que se restringem, muitas vezes, aos aspectos nacionais, regionais ou locais.

A preocupação aqui reside não na influência dos movimentos para fora do centro do capitalismo ocidental, mas sim no “comportamento” dos movimentos e na relação de tempo e espaço em contextos de capitalismo “periférico”, cuja especificidade dos Estados Nacionais torna-se o critério para a percepção de diferentes perspectivas desses movimentos. Procura-se então valorizar os casos ocorridos no Sul global e que não podem ser vistos como simples espelhos – reais ou invertidos – dos acontecimentos que foram validados pela História dominante como centrais – correndo o risco de uma continuação de uma interpretação mitificada do passado e sua “justificativa” do presente. Dessa forma, a utilização da Sociologia das Ausências, que procura evidenciar o “não existente” imposto pela monocultura do saber dominante (Santos, 2006), será útil para que possíveis relações entre Brasil e Portugal sejam evidenciadas por meio do movimento estudantil e, com isso, se procure compreender como que se estruturou, no espaço de língua portuguesa, os manifestos para a abertura democrática. Evidentemente, essa perspectiva deve ser feita negando a imaginação de um universo lusófono em comum, como um “espaço de ficção” que manifestaria a “nostalgia imperial” (Lourenço, 2004), mas sim percebendo se nesse grande espaço dos Atlânticos Sul não haveria relações de proximidade na construção das práticas, ideologias e identidades em um momento que evidencia os primeiros traços da globalização através dos movimentos estudantis e da juventude.

Dado o objetivo acima enunciado, de âmbito transnacional, é necessário que se compreenda em termos nacionais as dinâmicas apresentadas pelas manifestações estudantis dos anos 1960, com a pretensão de se observar como que esses *atores contribuíram para a formação de uma nova cultura política democrática*, juntamente com a abertura de campo para os novos movimentos sociais e outros atores da sociedade civil, a reorganização do campo político-partidário e a mudança de regime político, de uma Ditadura Corporativista (Portugal) e/ou uma Ditadura Militar (Brasil) para um regime democrático. Nesse ponto, é necessário atentar para o fato de que apenas a explicação que apresenta as similitudes e diferenças políticas em Portugal e Brasil como de uma segunda onda de democratização, se faz insuficiente, porque

desconsidera as especificidades da transição, sejam elas temporais (com aproximadamente onze anos de diferença), ou por parte dos atores envolvidos.⁸

Assim, a compreensão dos atores sociais e a relação da cultura política com as aspirações utópicas dos estudantes deverão ser analisada em termos locais, nacionais e internacionais, com o intuito de buscar alguns motes comparativos. Através dessa análise, será possível perceber as demandas por democracia na educação e no acesso a cidadania, que aparecem articuladas no discurso minoritário da oposição aos regimes políticos ditatoriais. Esse ponto será porventura percebido também na delimitação temporal: 1968-2008, momento no qual o movimento estudantil passa por fluxos e refluxos, sem deixar de existir, mas apenas se distanciando da política de combatividade dos anos 1960.

No entanto, e essa se constitui como nossa terceira hipótese geral, a compreensão fragmentada do passado pode levar a relativas rupturas e rasuras na memória. Muitas vezes remetida a obras literárias recentes⁹, marca-se um certo “ajuste de contas”, tanto com os ocorridos do passado como com uma “geração”, por vezes julgando os fatos, trazendo novas visões mais céticas e menos romantizadas de “indivíduos-revolução” ou especulando sobre os destinos e conversões políticas daqueles antigos “revolucionários”. O fato que essa ilustração nos ajuda a percorrer é o interesse cada vez maior em se despir de uma imagem romantizada dos fatos e procurar dar realidade a estes, desaproximando as leituras dos sentimentos ideológicos outrora vigentes, mas profundamente marcadas por uma desilusão. E essa desilusão aparece tanto na rasura da memória, em que o passado se apresenta como distante e longínquo, como na leitura de que esses fatos não fazem mais sentido no tempo presente, dando, portanto, um fim ideológico ao movimento estudantil.

⁸ No caso de Portugal e Brasil, faço referência principalmente ao papel da censura, da polícia política, das forças militares, dos setores da Igreja Católica, dos movimentos de trabalhadores, dos setores artísticos, além da própria condição geopolítica, que não se restringe à separação entre um país europeu e um país latino-americano, mas também às condições objetivas e contextuais que implicam diferentes condições socioeconômicas, alinhamentos ideológicos dos Estados, etc.

⁹ Refiro-me especificamente a romances como *Tigre en Papier*, de Olivier Rolin - França, ou obras jornalísticas, como *1968 – O ano que não terminou*; *1968 – O que fizemos de nós*, ambos de Zuenir Ventura – Brasil; ou obras de caráter mais político-jornalístico, como *O Poder e os Idealistas*, de Paul Berman – EUA.

Procurando fugir desse fatalismo, entendo que essas rasuras devem ser revisadas, sobretudo pelo método da história oral, procurando perceber como o passado do movimento se liga com sua atualidade, mesmo que a segunda seja vista pela indiferença, pela apatia e pela perda do poderio político. No entanto, com a derrocada dos movimentos estudantis nos anos posteriores – e emergência dos mais amplos e diversificados movimentos sociais em diversas partes do mundo – é de se questionar como se dá o silenciamento dos movimentos estudantis, presente numa fase de refluxo e de resistência, e como este se relaciona com os processos emergentes da Democracia, nomeadamente, da democratização de países que outrora estiveram sobre a égide de ditaduras, como no caso de Brasil e Portugal, enquanto sistema político que se tornaria vigente.

E assim, como um quarto ponto a se delinear, é preciso apontar que a mesma desilusão presente sobre a imagem mitificada do passado atua na leitura da realidade contemporânea, afirmando ou o esvaziamento dos movimentos estudantis e de jovens – através do ganho ou da perda nos anos 1960 – ou, através da ausência desse sujeito, nos moldes em que ele foi conhecido em seus anos áureos. Portanto, uma alternativa à leitura dessa problemática se encontra na contextualização do passado, da compreensão dos fatores que levara, não a um declínio, mas a uma mudança na configuração desses movimentos e de suas relações políticas nos dias atuais. Não se trata apenas de “limpar a poeira” daquilo que já se foi em algum momento esquecido, mas compreender se ainda hoje há uma relação entre o presente e o passado que pode ser percebida entre esses fatos passados e a configuração da política, dos movimentos estudantis e jovens, das culturas de resistência e, no campo macro, das configurações da Democracia e os atores políticos.

Em suma, a reconexão do passado com o presente pode ser revista na hipótese de tentar perceber uma dualidade: os desafios dos movimentos estudantis, em ambos os contextos, para a retomada de sua ação política, e que em muito pode se aproximar de contribuições de militância para movimentos sociais e renovação de partidos e estruturas partidárias; mas, que por outro lado, confronta-se com novas expectativas dos jovens e estudantes, mormente relacionadas com consumos, convivências ou

mesmo com o baixo interesse de participação na esfera política ou a “individualidade negativa”.

Articulando esses pontos com os temas já tratados, temos nossas hipóteses de partida: *Através de uma releitura articulada entre a fase áurea dos movimentos estudantis (anos 1960) e de sua fase posterior de derrocada (anos 1970 a 1990) é possível compreender, através de seu legado crítico para a construção da Democracia, novas disjunções e composições sociais presentes na relação entre passado e presente, e a compreensão histórica, social e política do tempo em que vivemos? Em que medida silenciamentos e vozes, democracia representativa e democracia participativa, juventude, educação e qualificação podem ser compreendidos de forma a atualizar a visão do presente sobre o passado, não mais de uma forma sensivelmente nostálgica, mas retomando a real importância das visões e consequências do passado na atualidade? Haveria, portanto, alguma característica em comum que aproximasse o auge e o declínio dos movimentos estudantis em Portugal e no Brasil? E qual o reflexo disso nos contextos democráticos atuais de ambos os países? Qual a contribuição que esse movimento oferece a outras formas de manifestação e manifestos ocorridos na contemporaneidade desses países?*

Pablo Almada

Doutorando em Democracia no Século XXI pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Mestrando em Estudos Literários e Culturais na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Sociologia (Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo) pela Faculdade de Economia dessa mesma universidade. Bacharel em Ciências Sociais- Habilitação em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.

Contato: pabloera@gmail.com

Referências Bibliográficas

Adorno, Theodor; Horkheimer, Max (1985), *A Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

____ (1993), *Mínima Morália: Reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Editora Ática.

- Almada, Pablo (2009), *Resistência, Ocupação e Criminalização: O Movimento Estudantil nas Greves das Universidades Paulistas de 2007*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: FEUC.
- Althusser, Luis (1974), *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (2003), *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Anderson, Perry (1976), *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Lisboa: Afrontamento.
- Arendt, Hannah (2006), *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Baudrillard, Jean (1996), *A troca simbólica e a morte – I*. Lisboa: Edições 70.
- _____ (2008), “El éxtasis de la comunicación” in Foster, Hal (Ed.), *La Posmodernidad*. Barcelona: Editorial Kairós.
- Bebiano, Rui (2003), *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- Benjamin, Walter (1990), “O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” in *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. Obras escolhidas – Volume 1. Brasília: Editora Brasiliense.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Ève (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Boren, Mark Edelman (2001), *Student Resistance: A History of Unruly Subject*. London: Routledge.
- Burawoy, Michael (1990), *The Politics of Production*. London: Verso.
- Capdevielle, Jacques; Ray, Henri (Dir) (2008). *Dictionnaire de Mai 68*. Paris: Larousse à present.
- Cardina, Miguel (2010). *A Esquerda Radical*. Coimbra: Angelus Novus.
- Cardoso, Irene (2005), “A Geração dos anos de 1960: O peso de uma herança”, *Tempo Social*, 17(2), São Paulo, Novembro.
- Cockburn, Alexander; Blackburn, Robin (1969), *Student Power: Problems, Diagnosis, Action*. London: Penguin Books.
- DeGroot, Gerard J. (1998), *Student Protest: The Sixties and after*. California: Pearson Educational Print.
- Eagleton, Terry (2003), *After Theory*. London, Allen Lane.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage Publications.
- Eley, Geoff (2005), *Forjando a Democracia: A história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Foucault, Michel (1995), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (2003), *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Goffman, Ken; Joy, Dan (2007), *Contracultura através dos tempos: Do mito de Prometeu à Cultura Digital*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Hobsbawm, Eric (1995), *Age of Extremes: The short twentieth century: 1914-1991*. London: Abacus.
- Halliday, Fred (1969), “Students of the World Unite” in Cockburn, Alexander; Blackburn, Robin (Ed.), *Student Power: Problems, Diagnosis, Action*. London: Penguin Books.

- Jameson, Friedrich (2006), "Posmodernismo y sociedad de consumo" in Foster, Hal (org). *La Posmodernidad*. Barcelona: Kairós.
- Kerouac, Jack (2003), *Pela Estrada Afora – On The Road*. Porto: Público Comunicação Social.
- Lipset, Seymour Martin (1972), *Rebellion in the University: A History of Student Activism in America*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Lourenço, Eduardo (2004), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Machado Pais, José (2003), *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Marcuse, Herbert (1998), *A Ideologia na Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Marwick, Arthur (1998), *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States (1958-1974)*. Oxford: Oxford University Press.
- Rancière, Jacques (1974), *La Leçon d'Althusser*. Paris: Gallimard.
- Ribeiro, António Sousa, Ramalho, Maria Irene (1998), "Dos Estudos Literários aos Estudos Culturais?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52(43), Novembro / Fevereiro 1999.
- _____ (2002), "A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira" in Santos, Boaventura (org). *A Globalização e as Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Pela Mão de Alice: O social e o político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stephens, Julie (1998). *Anti Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Erik Olin (Org) (1989), *The Debate on Classes*. London: Verso.